



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2523 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 14 - Sociologia da Educação

Gênero, religião e política na família de origem de professoras militantes
Marluce Souza de Andrade - PUC Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
Agência e/ou Instituição Financiadora: CAPES

Gênero, religião e política na família de origem de professoras militantes

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado sobre trajetórias de vidas de militantes do movimento sindical docente em busca de sua dimensão formativa. Para o relato das trajetórias, foram propostos os seguintes eixos: origem familiar; formação; trajetória sindical e exercício da docência. Especificamente nesse recorte analisaremos a origem familiar de 8 professoras, no que diz respeito às questões de gênero, religião e política, buscando sua relação com a militância sindical.

Palavras-chave: origem familiar; gênero; religião; política; sindicato docente.

Gênero, religião e política na família de origem de professoras militantes

Resumo: Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado sobre trajetórias de vidas de militantes do movimento sindical docente em busca de sua dimensão formativa. Para o relato das trajetórias, foram propostos os seguintes eixos: origem familiar; formação; trajetória sindical e exercício da docência. Especificamente nesse recorte analisaremos a origem familiar de 8 professoras, no que diz respeito às questões de gênero, religião e política, buscando sua relação com a militância sindical.

Palavras-chave: origem familiar; gênero; religião; política; sindicato docente.

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de doutorado sobre trajetórias de vidas de militantes do movimento sindical docente em busca de sua dimensão formativa.

Para o relato das trajetórias, foram propostos os seguintes eixos: origem familiar; formação; trajetória sindical e exercício da docência. Especificamente nesse recorte analisaremos a origem familiar buscando sua relação com a militância sindical.

Na primeira parte deste trabalho, faço uma breve apresentação das entrevistadas. Em seguida, abordo suas trajetórias familiares, observando as relações de gênero, religião e política, as quais se sobressaíram nos depoimentos.

Uma breve apresentação

Nessa seção, apresento um quadro sinóptico de quem são minhas entrevistadas. Em diferentes estágios da vida profissional e pessoal, essas professoras têm em comum a militância na rede municipal de ensino de Duque de Caxias, junto a um dos núcleos sindicais mais atuantes do Sindicato Estadual do Profissionais da Educação do Rio de Janeiro (SEPE).

Por uma questão de ética e respeito às participantes da pesquisa, preservarei seu anonimato substituindo seus nomes por outros de natureza fictícia.

Como mostra o Quadro 1, o grupo é composto de professoras das séries iniciais do ensino fundamental, e orientadoras pedagógicas e educacionais. Seis delas são moradoras de Duque de Caxias, uma do município do Rio de Janeiro e uma de Niterói.

Quatro entrevistadas são membros da base, e quatro compõem a direção colegiada do núcleo.

Do ponto de vista da idade, a composição do grupo entrevistado varia entre os 34 e 69 anos – muito embora a experiência sindical não acompanhe a ordem cronológica da idade.

Quadro 1 – Informações básicas sobre os entrevistados

	Entrevistado (idade)	Local de moradia	Ingresso na rede pública de ensino e função docente	Posição no sindicato
1	Armanda (34)	Duque de Caxias	2011 – Professora das séries iniciais (EJA)	Base
2	Nise (48)	Duque de Caxias	1990 – Orientadora educacional e professora do curso de Formação de Professores	Direção
3	Elis (53)	Duque de Caxias	2004 – Professora das séries iniciais (atendimento educacional especializado)	Base
4	Clarice (51)	Duque de Caxias	1987 – Orientadora educacional e professora do curso de Formação de Professores	Direção
5	Dandara (52)	Rio de Janeiro	1996 – Professora das séries iniciais	Direção
6	Cecília (49)	Duque de Caxias	1991 – Orientadora pedagógica e professora das séries iniciais	Base
7	Olga (67)	Duque de Caxias	1970/74 – Orientadora educacional e professora do ensino fundamental	Direção
8	Francisca (69)	Niterói	1970/80 – Professora de História (aposentada)	Base

Fonte: Elaboração própria.

Com essa breve apresentação, busquei situar o leitor sobre quem foram os entrevistados e entrevistadas desta pesquisa. Na segunda parte do texto me detenho na às relações de gênero, religião e política na família de origem dessas professoras.

Gênero, religião e política: família de origem de professoras militantes

Autores como Phillippe Ariès (2012) e François de Singly (2007) apresentam as transformações que a instituição familiar sofreu ao longo do tempo, ressaltando a importância do estudo histórico e sociológico acerca da família para compreensão dos sujeitos e da própria sociedade em que vivem.

Nos relatos das entrevistadas, ficaram registradas as marcas de classe, gênero, religião e valores, forjados na educação familiar. Cada uma dessas questões se entrelaça, constituindo no interior das famílias o primeiro processo de socialização dos indivíduos.

A ligação dos pais a uma religião, o modo de viver a fé e as regras da instituição religiosa são questões importantes na inculcação de valores e modos de viver a infância.

Para algumas professoras, a vivência da religião do período da infância à adolescência significou a imposição de restrições de ordem social e cultural, que se estendiam também para o campo simbólico, implicando em limitações na

construção da autoestima e autonomia para como o próprio corpo.

[...] a gente é de uma família evangélica, minha mãe era evangélica. A igreja em que ela foi criada era uma igreja muito mais... é... cerceadora do que hoje em dia. Então, assim, na época dela isso já era muito pesado, então não podia ir ao cinema, não podia assistir futebol, não podia ir a nada. (Cecília)

Enquanto que para outros, a religiosidade propiciou, em certo ponto, a reflexão sobre determinadas opressões sociais e a construção de um “olhar crítico” sobre a sociedade:

A gente comia política, respirava política e domingo aquele sol assim..., 40 graus, o nosso programa não era praia, não era cinema, teatro não tinha dinheiro, até a gente gostava, era igreja, eram aqueles encontros do grupo jovem para falar de que? De fé e libertação e fé e libertação era aqui na Terra, entendeu? Com vida melhor, condições dignas, né? (Elis)

Silva (2012) ressalta a força da teologia da libertação e das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) junto à população através de “um trabalho de organização e conscientização política”. Para a autora, a Igreja Católica teve um papel fundamental no movimento popular ocorrido entre os anos 1960 e 1990 na Baixada Fluminense.

Nas histórias de vida também está presente a pluralidade religiosa dentro da família:

A minha mãe veio de uma família ligada à Igreja Evangélica Assembleia de Deus, meu pai era espírita e eu tive uma militância na Igreja Católica. Quer dizer, era uma miscelânea. Mas tenho muitas referências, por causa da minha família, por parte da minha mãe, na igreja evangélica. (Olga).

A frequência à igreja também significava uma espécie de caminho para a “liberdade” (ainda que vigiada). No relato de Nise, a concessão dada pelo pai para que frequentasse o ambiente religioso significou para sua adolescência o único contato com os jovens para além dos limites da família.

[...] a gente é católico e aqui em Caxias tem uma forte influência das Comunidades Eclesiais de Base. Então, eu adorava... A gente ia para o grupo jovem porque meu pai, como ele era tradicional, ele não deixava a gente sair com amigos, não deixava nem dançar festa junina por contato com outros meninos, então era rigoroso mesmo. Aí, a igreja podia [risos]. Então, a gente acabou indo para o grupo jovem, eu e minha irmã mais velha, porque a gente sofreu mais, sofreu [sem] essa liberdade. Depois, a minha irmã mais nova e meu irmão, que são mais novos, eles já podiam ir depois em discoteca, coisa que a gente não pode. Uma diferença de 5 anos, mas tem uma grande diferença naquele momento, teve uma grande diferença. Então, eu e minha irmã fomos educadas mais no conservadorismo. (Nise).

A fala de Nise apresenta certas diferenciações no tratamento de filhos de gerações e sexos distintos. Discutindo estereótipos sexuais e relações de gênero em discursos de mães, Reis & Maia (2009, p. 141) apontam para a diferenciação na educação de meninos e meninas:

Na educação familiar, portanto, imperam diferentes atitudes parentais em função de crenças sociais atribuídas aos filhos e filhas quanto ao gênero. Estudos realizados a respeito da educação de filhos relatam as diferenças em criar meninos e meninas, destacando inclusive diferentes formas de tratamento e conduta com ambos os sexos, de acordo com a concepção do que é ser feminino e do que é ser masculino.

Para Reis & Maia (2009, p. 141), a atribuição de atividades domésticas às meninas faz parte de um conjunto de situações que compõem uma socialização sexista:

Na socialização sexista, as meninas são mais estimuladas a brincar em espaços restritos e, ao mesmo tempo, a praticar tarefas femininas, como atividades domésticas (limpar, arrumar, ordenar) e a maternidade (cuidar). Ao mesmo tempo, são também convencidas a desejar desempenhar profissões, na vida adulta, retraídas e pouco ousadas, como, por exemplo, ser costureira, empregada doméstica, babá ou secretária. Já aos meninos os incentivos são para brincadeiras em espaços mais amplos, o que provavelmente possibilita desenvolver mais a orientação espacial. Também são mais estimulados em relação à autoconfiança e à autoestima, pois lhes é permitido expressar mais livremente comportamentos tidos como “inadequados”. Meninas são cobradas para ficar “limpinhas”, “arrumadinhas” e “enfeitadinhas”, e meninos são menos cobrados, caso apareçam “sujos”, “desarrumados” em função de suas brincadeiras agressivas e movimentadas. Ao mesmo tempo, são também convencidos a desempenhar profissões, na vida adulta, expansivas e ousadas, como, por exemplo, ser astronauta, bombeiro, engenheiro, advogado ou presidente.

No relato de Elis, especialmente, as questões de gênero apontadas por Reis & Maia (2009) se somam às de classe, ao ter presente em seu cotidiano familiar a emergência da necessidade de trabalho, sendo ela ainda criança a responsável por dar suporte aos demais membros de sua família, desempenhando praticamente sozinha todo o trabalho doméstico.

[...] as mulheres tinham que fazer tudo para os homens. A minha mãe trabalhava e uma época a minha irmã foi trabalhar na casa de família aos 12 anos e eu fiquei responsável a dar comida para os homens da casa e lavar a roupa, então eu tinha que cuidar do uniforme dos menores, são dois mais novos que eu. E o irmão mais velho trabalhava e chegava muito cedo em casa... E a minha mãe me dava ordem: “Não atrasa a janta!” Cinco horas, eu tinha que estar com a janta pronta... A minha infância foi isso, mas não sofro, acho que assim passou... Ah, e tinha que lavar as camisas do meu pai, porque eram poucas, todo dia tinha que ter camisa limpa, então a minha obrigação era lavar a camisa do meu pai, do meu irmão, uniforme do meu irmão e fazia comida. [...] aí tinha o pequenininho... Quando a minha mãe foi trabalhar, eu chegava da escola, tirava ele do berço, dava comida, tirava cocô – essa coisa do cocô também era horrível! – muito trabalho, muito trabalho. (Elis).

Sobre a educação recebida na infância, Dandara fala a respeito da presença marcante de sua vó que cuidava dos netos enquanto sua mãe, afastada de casa pelo trabalho, cumpria plantões no hospital: “As cinco filhas ficavam com a minha avó, então eu fui criada pela minha avó e, como eu sou a caçula, já viu... E a minha mãe trabalhava muito, fazia plantões, ficava mais tempo dentro do Hospital do Andaraí do que em casa...”

Na ausência da mãe, esse papel é atribuído imediatamente a outra mulher:

[...] a criação, como era a minha avó, foi uma criação é... Eu diria um pouquinho feminista porque a minha avó... Eu sempre escutei a minha avó falando assim: “Se eu pudesse, eu não tinha casado”, porque ela casou cedo. [...] Ela sempre gostou de estar no mundo atual. Ela era aquela mulher bem à frente do tempo dela, só que ela era analfabeta... Analfabeta, mas tinha uma inteligência! (Dandara).

A visão de Dandara sobre uma possível inclinação de sua vó às ideias feministas tem relação com sua militância hoje, no movimento de mulheres negras. Dentro do sindicato ela faz parte da secretaria “Gênero e combate à homofobia” e sempre levanta questões sobre o papel da mulher no movimento sindical.

Armanda conta que sua família, após a morte de sua mãe, ficou composta por quatro homens e apenas ela de mulher. Apesar disso, a educação recebida foi voltada para a igualdade entre os gêneros:

Eu fui criada numa família que a gente não pode dizer que é tradicional, porque era um homem com 4 crianças na mão, ele fazia tudo com a gente, então era de fato, na década de 80, algo assim de se espantar... A minha ficha só caiu depois que eu fui mãe... Porque eu lembro das pessoas apavoradas, quando a gente entrava nos lugares e só depois eu entendi que era porque era um homem com 4 crianças na década de 80. Então essa análise eu só consegui fazer depois. Apesar do machismo ser estrutural, o meu pai já tinha uma visão um pouco diferente [...] ele tentava não diferenciar, tanto a mim quanto às tarefas que cabiam aos meus irmãos: cuidar da casa, da própria cama, então isso também sempre foi cobrado dos meus irmãos. Eu não ficava com a tarefa doméstica porque eu era mulher, isso praticamente não aconteceu, a gente dividia as coisas por todo mundo. (Armanda).

No movimento sindical, as atitudes de Dandara e Armanda são marcadas por essas reflexões sobre gênero e poder; seus posicionamentos são fruto do modo como foram educadas na infância, somado a influências de outros grupos sociais e leituras, aos quais tiveram acesso ao longo da vida. Ambas criticaram o machismo em diversos contextos, sobretudo dentro do movimento sindical.

Excetuando os casos de Armanda e Dandara, que vivenciaram uma experiência mais liberta de constrangimentos impingidos à mulher desde a infância, os relatos apontam marcas de um tempo/sociedade em que à mulher estava destinado um lugar de submissão e domesticidade, também revelados na ocupação das mães: “do lar”, auxiliar de serviços gerais, costureira, caixa de supermercado, balconista, doméstica, cuidadora de idosos, bordadeiras, auxiliar de enfermagem, operária, de modo geral, de menor prestígio social que a dos pais: bancário, relojoeiro, agricultor, pequeno comerciante, policial militar, cobrador, caminhoneiro, etc.

Ferreira (2008) e Vianna (2001) chamam a atenção para as possíveis desigualdades de gênero dentro do movimento sindical. Para essas autoras, as relações de gênero ainda são pouco exploradas em trabalhos sobre organização docente.

Quanto ao sindicato docente, é curioso investigar que identidades e representações de gênero nele circulam e se nele se apresenta esse viés de masculinidade hegemônica que caracteriza o sindicalismo em geral, sem, no entanto, naturalizar os sindicatos como espaços masculinos, porque neles “há outros sistemas de privilégios e exclusões tais como raça/etnicidade, idade e preferências sexuais que também filtram a participação no poder. (Castro, 1995 apud Ferreira, 2008, p. 24).

Além da influência das questões de gênero na educação familiar, foi interessante perceber também o papel da família na formação política dos seus filhos, através da transmissão de valores pelos diferentes graus de envolvimento – aversão ou apatia – na política local e nacional.

[...] meu pai sempre à frente de tudo e, como ele valorizava a mulher participando, eu sempre fui em tudo também. A minha mãe também, trabalhava sempre fora, mas sempre conseguia um tempo... Participou do clube de mulheres e, então, muito cedo eu comecei na associação de moradores aqui no bairro, junto com o meu pai, junto com a minha irmã, junto com a minha mãe... (Elis).

É interessante destacar algumas contradições nas relações familiares, como por exemplo, no relato de Elis, cuja divisão de tarefas domésticas tinha caráter bastante sexista. No entanto, a participação feminina na política local era encarada com naturalidade, e até mesmo incentivada pelo pai, diferente do observado nas famílias de Clarice e Francisca, cuja aversão à política e a subtração dessa expressão através da manipulação do voto, respectivamente, foi vivenciada ao longo da adolescência e superada posteriormente na vida adulta:

Na minha casa, nós votávamos em quem meu pai mandava e o meu pai mandava votar nos políticos de direita, tanto que o meu irmão, o único filho homem é de direita também, até hoje ele é de direita. Então, na minha casa, todos votavam em quem meu pai mandava, que como eu já disse, ele achava, que sequer tínhamos que estudar: as mulheres tinham que cozinhar, cuidar da casa. (Francisca).

Na infância pouco politizada de Francisca, pesa também a questão do gênero, tendo em vista a postura patriarcal de centralidade do poder decisório sobre a figura do pai, e a discriminação das meninas, às quais ficaria reservado um papel subalterno de realização de atividades domésticas. De uma forma um pouco mais sutil, parece que esse modelo também se aplica ao caso de Clarice, cuja distinção de gênero toma forma de proteção contra a política, que no imaginário de uma sociedade machista, é campo apenas de homens (Pinto, 2010).

Eu lembro que lá em casa era proibido falar em CUT. Todas as vezes que eu falava alguma coisa em CUT, ele [o pai] ficava... Porque era uma maneira dele proteger a gente. Toda vez que ele viajava... Tem uma frase que virou jargão lá em casa: “não discuta futebol, nem política, nem religião com ninguém, hein?” [...] Depois que eu comecei a militância nos movimentos, ele tinha muito orgulho, mas, inicialmente, ele tinha muita preocupação, muito medo. [...] Dava propaganda sobre a CUT, a gente era quase proibido de ver. (Clarice).

Apesar das histórias políticas de Clarice e Francisca tratarem de um rompimento com alguns valores familiares, pois ambas se tornaram liderança sindical e política, relatos como o de Armanda, Dandara, Elis sugerem a influência da família na construção de estruturas que propiciaram a essas professoras o engajamento que apresentam hoje.

Obviamente, não foi apenas a convivência familiar que determinou o envolvimento sindical, mas certamente a presença da família nas trajetórias dessas militantes, seja como modelo ou anti-modelo, é um componente do que são hoje e dialoga com as contribuições trazidas no envolvimento sindical. Desse modo, poderíamos pensar na presença de um “capital familiar” (Souza & Berg, 2010) transmitidos pela família de origem, como relevante para compreensão da trajetória dessas professoras que hoje atuam no sindicato docente e alguns delas também em outras frentes políticas e sociais.

Considerações finais

Busquei destacar alguns aspectos que perpassaram a história de vida de professoras militantes na relação com sua família de origem, sobretudo no que diz respeito ao gênero, religião e política. Esse conjunto de elementos dão algumas pistas sobre os valores vivenciados na infância por essas professoras que hoje atuam no movimento sindical docente. Para algumas professoras a convivência familiar impulsionou à militância política e sindical, enquanto para outras foi necessário um rompimento com práticas familiares machistas, opressoras e de apatia política. Assim, seja pelo incentivo ou pela necessidade de ruptura, as práticas vivenciadas na família marcaram as trajetórias dessas professoras, sendo de significativa importância para pensar os trajetórias até à chegada à militância sindical docente.

Referências

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

FERREIRA, M. O. V. Desconforto e invisibilidade: representações sobre relações de gênero entre sindicalistas docentes. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, p. 15-40, jun. 2008.

PINTO, C. R. J. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

REIS, K. C. F.; MAIA, A. C. B. Estereótipos sexuais e a educação sexista no discurso de mães. In: VALLE, T. G. M. (Org.). **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

SILVA, A. C. O. D. de S. S. da. **Caminhos do sindicalismo: trajetória de vida de professores do SEPE/Baixada Fluminense**. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

SINGLY, F. **Sociologia da família contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SOUZA, J.; BERG, T. O batalhador e sua família. In: _____. **Os batalhadores brasileiros: a nova classe média ou nova classe trabalhadora**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

VIANNA, C. A produção acadêmica sobre organização docente: Ação coletiva e relações de gênero. **Educação e Sociedade**, n. 77, p. 100-130, dez. 2001.